

continuação		Valores em Reais	
Tipo	31.12.2018	31.12.2017	
Materiais utilizados no setor de Nutrição	41.444,56	44.450,36	
Materiais utilizados no setor de Farmácia	2.251.196,67	1.277.641,37	
Materiais de Almoarifado	2.220.894,14	2.988.088,24	
Materiais de Terceiros Consignados	3.413.068,30	3.552.111,95	
Materiais de Terceiros Emergenciais	117.100,76	188.945,32	
Total	8.043.704,43	8.051.237,24	

3.5.1 - Materiais de Terceiros: O HTEJZ possui outros materiais terceiros para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 117.100,76, que integram o estoque da instituição. **3.5.2 - Materiais em Consignação/Terceiros:** O HTEJZ em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantem em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 158.139,23. A SES (FURP) fornece para o HTEJZ medicamentos de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representaram R\$ 3.254.929,07. Ambos os itens totalizam em 31.12.2018 o montante de R\$ 3.413.068,30, os quais o HTEJZ contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.6 - Despesas**

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens Próprios em 2018

Imobilizado Bens Próprios em Operação	Posição em 31/12/2017		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27	-
	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27	-
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	Posição em 31/12/2017		Transferência Baixa		quotas de depreciação		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(169.591,23)	-	(226.121,64)	-	(395.712,87)	-	(395.712,87)	-
	(169.591,23)	-	(226.121,64)	-	(395.712,87)	-	(395.712,87)	-
								10%

Demonstrativo da Movimentação de Imobilizado - Bens de Terceiros em 2018

Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	Posição em 31/12/2017		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.718.430,88	341.845,68	1.923.961,67	-	23.136.314,89	-	24.718.430,88	341.845,68
Equip Processamento de Dados	459.976,03	250.871,12	6.029,68	-	466.005,83	-	459.976,03	250.871,12
Mobiliário em Geral	4.079.439,04	151.890,99	240.120,26	-	3.911.209,77	-	4.079.439,04	151.890,99
Maq Utens e Equip Diversos	1.741.806,45	93.719,47	188.952,65	-	1.646.573,27	-	1.741.806,45	93.719,47
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	102.353,03	-	223.780,00	-	326.133,03	-
Aparelhos de Medição	-	2.175,80	2.175,80	-	-	-	-	2.175,80
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	4.780,00	-	5.801,90	-	10.581,90	-
Apar e Utens Domésticos	213.294,86	8.901,96	15.664,82	-	206.532,00	-	213.294,86	8.901,96
Equip p/Audio Vídeo e Foto	147.920,20	21.394,99	14.305,50	-	155.009,69	-	147.920,20	21.394,99
Imobilizados-Bens de Terceiros - Intangível	903.545,58	1.520,00	-	-	905.065,58	-	903.545,58	1.520,00
Software	903.545,58	1.520,00	-	-	905.065,58	-	903.545,58	1.520,00

Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros-Bens Moveis	Posição em 31/12/2017		Transferência Baixa		Ajustes Vida Útil		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(20.957.623,93)	2.496.167,61	(2.000.100,88)	(16.201.466,49)	-	-	(20.957.623,93)	2.496.167,61
Equip Processamento de Dados	(16.125.327,28)	1.923.961,67	(75.405,30)	(353.512,07)	-	-	(16.125.327,28)	1.923.961,67
Mobiliário em Geral	(3.099.319,95)	240.120,26	(360.555,34)	(3.219.755,03)	-	-	(3.099.319,95)	240.120,26
Maquinas Utens e Equip Diversos	(934.613,27)	188.952,65	(214.602,98)	(960.263,60)	-	-	(934.613,27)	188.952,65
Veiculos de Tração Mecânica	(326.133,03)	102.353,03	(223.780,00)	(54,39)	-	-	(326.133,03)	102.353,03
Aparelhos de Medição	-	-	(54,39)	(4.765,46)	-	-	-	-
Aparelhos de Equip Comunicação	(7.391,84)	4.780,00	(2.153,62)	(108.081,70)	-	-	(7.391,84)	4.780,00
Aparelhos e Utens Domésticos	(100.608,28)	15.664,82	(18.254,56)	(84.042,89)	-	-	(100.608,28)	15.664,82
Equip p/Audio Vídeo e Foto	(80.093,83)	14.305,50	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(80.093,83)	14.305,50
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros-Intangível	(779.294,32)	-	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(779.294,32)	-
Software	(779.294,32)	-	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(779.294,32)	-

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2018 de bens moveis e intangíveis totalizaram R\$ 872.320,01, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo o Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.7.1 Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.12 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL, TRSS, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2018 R\$ 509.848,56, e em 2017 representam R\$ 250.380,86. **3.15 - Empréstimos Funcionários:** A Lei 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco e Banco do Brasil, com desconto em folha. O saldo a pagar contabilizado em 2018 foi de R\$ 30.954,27, e em 2017 representa R\$ 44.910,69. **3.16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.17 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar

Pagas Antecipadamente: Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Imobilizado:** O imobilizado do HTEJZ é composto por bens próprios e de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso, portanto, contabilizados em contas específicas no ativo e passivo. Os bens próprios referem-se a ativo adquirido através de processo de importação de equipamento pela própria SPDM para uso exclusivo em atendimento hospitalar no que se refere ao desenvolvimento do projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos, contabilizado pelo custo de aquisição, sendo a sua depreciação calculada pelo método linear. Desta forma os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Imobilizado Bens Próprios em Operação	Posição em 31/12/2017		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27	-
	2.261.225,27	-	-	-	-	-	2.261.225,27	-
Depreciação Imobilizado Bens Próprios	Posição em 31/12/2017		Transferência Baixa		quotas de depreciação		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(169.591,23)	-	(226.121,64)	-	(395.712,87)	-	(395.712,87)	-
	(169.591,23)	-	(226.121,64)	-	(395.712,87)	-	(395.712,87)	-
								10%

Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Moveis	Posição em 31/12/2017		Aquisição		Transferência Baixa		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	24.718.430,88	341.845,68	1.923.961,67	-	23.136.314,89	-	24.718.430,88	341.845,68
Equip Processamento de Dados	459.976,03	250.871,12	6.029,68	-	466.005,83	-	459.976,03	250.871,12
Mobiliário em Geral	4.079.439,04	151.890,99	240.120,26	-	3.911.209,77	-	4.079.439,04	151.890,99
Maq Utens e Equip Diversos	1.741.806,45	93.719,47	188.952,65	-	1.646.573,27	-	1.741.806,45	93.719,47
Veiculos de Tração Mecânica	326.133,03	-	102.353,03	-	223.780,00	-	326.133,03	-
Aparelhos de Medição	-	2.175,80	2.175,80	-	-	-	-	2.175,80
Apar e Equip Comunicação	10.581,90	-	4.780,00	-	5.801,90	-	10.581,90	-
Apar e Utens Domésticos	213.294,86	8.901,96	15.664,82	-	206.532,00	-	213.294,86	8.901,96
Equip p/Audio Vídeo e Foto	147.920,20	21.394,99	14.305,50	-	155.009,69	-	147.920,20	21.394,99
Imobilizados-Bens de Terceiros - Intangível	903.545,58	1.520,00	-	-	905.065,58	-	903.545,58	1.520,00
Software	903.545,58	1.520,00	-	-	905.065,58	-	903.545,58	1.520,00

Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros-Bens Moveis	Posição em 31/12/2017		Transferência Baixa		Ajustes Vida Útil		Posição em 31/12/2018	
Apar Equip Utens Med Odont Lab	(20.957.623,93)	2.496.167,61	(2.000.100,88)	(16.201.466,49)	-	-	(20.957.623,93)	2.496.167,61
Equip Processamento de Dados	(16.125.327,28)	1.923.961,67	(75.405,30)	(353.512,07)	-	-	(16.125.327,28)	1.923.961,67
Mobiliário em Geral	(3.099.319,95)	240.120,26	(360.555,34)	(3.219.755,03)	-	-	(3.099.319,95)	240.120,26
Maquinas Utens e Equip Diversos	(934.613,27)	188.952,65	(214.602,98)	(960.263,60)	-	-	(934.613,27)	188.952,65
Veiculos de Tração Mecânica	(326.133,03)	102.353,03	(223.780,00)	(54,39)	-	-	(326.133,03)	102.353,03
Aparelhos de Medição	-	-	(54,39)	(4.765,46)	-	-	-	-
Aparelhos de Equip Comunicação	(7.391,84)	4.780,00	(2.153,62)	(108.081,70)	-	-	(7.391,84)	4.780,00
Aparelhos e Utens Domésticos	(100.608,28)	15.664,82	(18.254,56)	(84.042,89)	-	-	(100.608,28)	15.664,82
Equip p/Audio Vídeo e Foto	(80.093,83)	14.305,50	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(80.093,83)	14.305,50
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros-Intangível	(779.294,32)	-	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(779.294,32)	-
Software	(779.294,32)	-	(67.684,98)	(846.979,30)	-	-	(779.294,32)	-

os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 148.116.471,01 (Cento e quarenta e oito milhões, cento e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e um reais e um centavo). **3.18 - Materiais de Terceiros em Nosso Poder:** Representam valores relativos a recebimento de materiais de terceiros em nosso poder. Em 2018 esses valores totalizaram R\$ 45.618,14, e em 2017 R\$ 35.688,94. **3.19 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20 - Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2018 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 628.828,13, havendo processo com a possibilidade de perda tida como "remota" no valor apurado de R\$ 10.000,00. Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2018, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aqueles cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 980.717,42. Com relação às execuções tributárias foram apuradas contingências com a probabilidade de perda remota no valor de R\$ 369.172,94.

SPDM - Hospital de Transplantes Dr. Euríclides de Jesus Zerbini								
Contingências - Passivas								
Trabalhista			Cível			Tributária		
Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
258.767,81	980.717,42	-	33.900,00	628.828,13	10.000,00	-	-	369.172,94

3.21 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio da Prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão promulgada em julgado para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2018, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável". A SPDM acionou uma ação cível através por meio de processo administrativo contra cobrança indevida de fornecedor, sendo a possibilidade de perda tida como "possível", no valor apurado foi de R\$ 42.500, não havendo processo com a possibilidade de perda tida como "remota". **3.22 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.23 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo

regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão

Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
Internações						
Saída Hospitalar - Total	3030	3123	3240	3437	6270	6560
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	1140	1147	1140	1155	2280	2302
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	1890	1976	2100	2282	3990	4258
HD/CIR. Ambulatorial - Total	810	1096	810	989	1620	2085
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)						
Consulta de urgência	4800	5342	4800	5556	9600	10898
Atendimento Ambulatorial - Total	60840	66651	60840	68923	121680	135574
Consulta médica - Total	54480	53896	54480	55077	108960	108973
Atendimento não médico - Total	6360	12755	6360	13846	12720	26601
SADT Externo - Total	1206	1804	1206	1764	2412	3568
Tratamento Especializado						
Quioterapia	3000	4522	6600	5717	9600	10239
Nefro-dialítico	1620	5489	1620	5403	3240	10892
Litotripsia	1680	2324	1680	2953	3360	5277
Transplantes - Total	204	78	204	66	408	144
Transplante córnea	36	30	36	20	72	50
Transplante hepático	24	22	24	17	48	39
Transplante medula óssea	24	26	24	27	48	53
Transplante renal	120	-	120	2	240	2

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 26/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.003623/2018-01MS fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. **Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social**) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam em 2018: R\$ 28.375.242,02. Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834/16 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. **9.1-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2018, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica de R\$ 22.226.125,03. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou R\$ 21.486.006,39. **9.2-Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2018 atingiu um montante de R\$1.313.128,43. Em 2017 o referido valor de receita totalizou R\$ 1.230.348,06. **9.3-Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 4.813.623,79. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 4.800.614,47. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário.

tário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outros tipos de voluntariado. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89, e os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 20.114,88. Em 2017 o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 8.706,45, enquanto os outros trabalhos voluntários totalizaram R\$ 14.854,07. **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC No. 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2018.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM • Dr. Otavio Monteiro Becker Junior - Diretor Técnico • Cleber Vieira da Silva - Contador - CRC 1SP 245497/O-7

Relatório dos Auditores Independentes

Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplante Dr. Eurycleides de Jesus Zerbini que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 29 de março de 2019. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador -CRC/RS 058.252/O-1 -CVM: Ato Declaratório N° 7710/04; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.**

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

The screenshot shows the homepage of Imprensa Oficial, the official newspaper of the State of São Paulo. At the top, there is a navigation bar with links for 'Portal do Governo', 'Cidadão.SP', 'Investe SP', and 'Destaque'. Below this is a search bar with a 'Buscar' button. The main content area features several tiles: a search bar for 'busca por palavra' and 'busca por edição', a 'Diário Oficial' tile with a news snippet about 'Emergência do HCRP humaniza atendimento com voluntários', an 'IPVA' tile for 'Valores Venais 2018', a 'Notificação IPVA' tile, an 'ARTIGO 115' tile about 'Cargos, Empregos Públicos e Funções-Atividades da Administração', and a 'CONSTITUIÇÕES' tile for 'Brasil / São Paulo'. The website is branded with the 'imprensaoficial' logo and the text 'GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO'.